

PALÁCIO
NOVE DE JULHO**RESOLUÇÃO N.º 655, DE 3 DE SETEMBRO DE 1985**

Introduz modificação de caráter transitório no Regimento Interno da Assembléia Legislativa

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe confere a alínea "j" do inciso II do artigo 14 da V Consolidação do Regimento Interno e nos termos do resolvido pelo Plenário, promulga a seguinte Resolução:

Artigo 1.º — O Título XIII — Disposições Gerais e Transitórias da Resolução n.º 576, de 26 de julho de 1970, com modificações posteriores, fica acrescido do seguinte dispositivo:

"Artigo — Excepcionalmente, no ano de 1985, as representações formuladas por interessados na criação de distritos municipais poderão ser entregues à Assembléia até 15 de setembro.

Parágrafo Único — O disposto neste artigo não se aplica às representações de interessados em emancipação de distritos e em redescritção de divisas municipais e distritais."

Artigo 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, em 3 de setembro de 1985.

a) LUIZ CARLOS SANTOS, Presidente

a) Rubens Lara, 1.º Secretário

a) Arthur Alves Pinto, 2.º Secretário

ATO DA MESA N.º 1.202, DE 1985

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições e à vista da representação que lhe faz o Exmo. Deputado Nelson Fabiano, decide constituir Grupo de Trabalho composto de 5 (cinco) Senhores Deputados a serem indicados e nomeados na forma do artigo 26 do Regimento Interno, para, no prazo de 90 (noventa) dias, "estudar a questão da privatização e automação do porto de Santos e suas consequências sobre o mercado de trabalho dos operários da CODESP e dos ligados a sindicatos autônomos" e apresentar, "ao final, as propostas pertinentes, especialmente no sentido de evitar o desemprego e a diminuição de salários".

Assembléia Legislativa, em 3 de setembro de 1985.

a) LUIZ CARLOS SANTOS, Presidente

a) Rubens Lara, 1.º Secretário

a) Arthur Alves Pinto, 2.º Secretário

Requeiro à Mesa, a constituição de Grupo de Trabalho, constituído de 5 (cinco) membros, para o fim de estudar a questão da privatização e automação do Porto de Santos e suas consequências sobre o mercado de trabalho dos operários da CODESP e dos ligados a Sindicatos autônomos, apresentando, ao final, as propostas pertinentes, especialmente no sentido de evitar o desemprego e a diminuição de salários. Prazo para conclusão: 90 dias.

Justificativa

A privatização do Porto de Santos, bem como sua automação, refletirá diretamente sobre o mercado de trabalho dos operários portuários e sobre a economia dos municípios da Baixada Santista.

O porto, hoje, utiliza a mão-de-obra de 40 mil trabalhadores, ligados à CODESP ou a Sindicatos autônomos.

Esse número, por si, dá a dimensão da grandeza da questão. Levantamento das entidades portuárias, mostra a redução sensível dos salários, resultante da privatização. Como consequência, o poder aquisitivo dos trabalhadores diminuiu e, na mesma razão, a atividade econômica na Baixada Santista.

Os dados abaixo, dão a relação carga/funções, movimentadas pela CODESP:

1980 — 13.260 operários movimentaram 15 milhões de toneladas.

1984 — 11.200 operários movimentaram 16,4 milhões de toneladas.

Como se vê, à diminuição do número de operários correspondeu um aumento da carga movimentada. Isso se deveu à automação, via containerização, entre outros meios.

Isso fica mais claro, verificando-se que, no mesmo período, 1980 a 1984, os terminais particulares movimentaram 4 vezes mais carga que a estatal CODESP.

PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

10.ª Legislatura

Os números mostram, portanto, que à desestatização e à automação do Porto de Santos, correspondem o desemprego e a diminuição de salários.

Esta situação, como não podia deixar de ser, preocupa e angustia não só trabalhadores, mas Sindicatos, Poder Público Municipal, o comércio, enfim, a comunidade de Santos, em especial e da Baixada, no geral.

É por isso que se torna urgente, o estudo da questão da privatização e automação do Porto de Santos e suas consequências sobre o mercado de trabalho dos operários da CODESP e dos sindicalizados autônomos, no sentido de se buscar a solução para a questão do desemprego e da diminuição de salários.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1985.

a) Nelson Fabiano

Ordens do dia

4 de setembro de 1985
196.ª Sessão Ordinária

PROPOSIÇÃO EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

- Discussão e votação do Requerimento apresentado pelo deputado Aloysio Nunes Ferreira e outros, propondo seja dada tramitação em regime de urgência ao Projeto de lei nº 463, de 1985, de autoria do Sr. Governador, autorizando o Poder Executivo a prestar garantia junto ao Tesouro Nacional e Órgãos que especifica para a realização de operações de crédito.

4 de setembro de 1985
197.ª Sessão Ordinária

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

1 - Discussão e votação adiada do Projeto de lei nº 69, de 1985, apresentado pelo deputado Emílio Justo, alterando dispositivos da Lei nº 10394, de 16/12/70, que reorganizou a Carteira de Previdência dos Advogados de São Paulo. Pareceres nºs 756 e 757, de 1985, respectivamente das Comissões de Justiça e de Promoção Social, favoráveis.

2 - Discussão e votação do Projeto de lei nº 475, de 1983, apresentado pelo deputado Archimedes Lammoglia, dispondo sobre a obrigatoriedade de instalação de compartimento destinado à guarda de bens e valores, pertencentes aos usuários, quando em viagens, nos vagões de passageiros, em composições da FEPASA. Parecer nº 191, de 1984, da Comissão de Justiça, favorável, com emenda. Pareceres nºs 192 e 193, de 1984, respectivamente das Comissões de Transportes e de Finanças, favoráveis ao projeto e à emenda.

3 - Discussão e votação do Projeto de lei nº 788, de 1984, apresentado pelo deputado Castello Branco, dispondo sobre a prestação de serviços por postos de abastecimento, lavagem e lubrificação de veículos automotores em áreas com acesso às rodovias estaduais. Pareceres nºs 707 e 708, de 1985, respectivamente das Comissões de Justiça e de Transportes, favoráveis.

4 - Discussão e votação do Projeto de lei nº 810, de 1984, apresentado pelo deputado José Yunes, incluindo no calendário turístico do Estado a "Festa de São João", de Capivari. Pareceres nºs 815 e 816, de 1985, respectivamente das Comissões de Justiça e de Esportes e Turismo, favoráveis.

5 - Votação "ad referendum" do Projeto de lei nº 64, de 1985, apresentado pelo deputado Archimedes Lammoglia, dando a denominação de "Professor Antônio de Pádua Prado" à EEPG do Jardim Morada do Sol, em Indaiatuba. Parecer nº 514, de 1985, da Comissão de Justiça, favorável. Aprovado pela Comissão de Educação em seu Parecer nº 515, de 1985.

6 - Votação "ad referendum" do Projeto de lei nº 116, de 1985, apresentado pelo deputado Milton Baldochi, dando a denominação de "Prof. José Aparecido Castelucci" à Escola Estadual de 1º Grau (Agrupada) do Bairro dos Aleixos, em Taquarituba. Parecer nº 839, de 1985, da Comissão de Justiça, favorável. Aprovado pela Comissão de Educação em seu Parecer nº 840, de 1985.

7 - Votação "ad referendum" do Projeto de lei nº 123, de 1985, apresentado pelo deputado Vanderlei Macris, dando a denominação de "Professora Níomar Aparecida M. Gobbo do Amaral Gurgel" à Escola Estadual de 1º Grau do Parque Gramado, em Americana. Parecer nº 682, de 1985, da Comissão de Justiça, favorável. Aprovado, com emenda, pela Comissão de Educação em seu Parecer nº 683, de 1985.

8 - Votação "ad referendum" do Projeto de lei nº 132, de 1985, apresentado pelo deputado Laerte Pinto, dando a denominação de "Professora Joana de Camargo Fonseca" à Escola Estadual de 1º Grau (Agrupada) do Jardim Diamante, em São José dos Campos. Parecer nº 672, de 1985, da Comissão de Justiça, favorável, com emenda. Aprovado pela Comissão de Educação em seu Parecer nº 673, de 1985, na forma da emenda da Comissão de Justiça.

PROPOSIÇÃO QUE INDEPENDE DE PARECER**MAS DEPENDE DE DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO**

9 - Votação do pedido de retirada do Projeto de lei nº 83, de 1985, apresentado pelo deputado Ricardo Izar, dando a denominação de "Deputado Vicente Penido" à Escola Estadual de 1º Grau (Agrupada) do Bairro Vila Bela, em Guaratinguetá. Parecer nº 248, de 1985, da Comissão de Justiça, favorável.

3 de setembro de 1985
49.ª Sessão Extraordinária

PROPOSIÇÃO EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

- Discussão e votação do Requerimento apresentado pelo deputado Aloysio Nunes Ferreira e outros, propondo seja dada tramitação em regime de urgência ao Projeto de lei nº 463, de 1985, de autoria do Sr. Governador, autorizando o Poder Executivo a prestar garantia junto ao Tesouro Nacional e Órgãos que especifica para a realização de operações de crédito.

Pauta

4 de setembro de 1985
196.ª Sessão Ordinária

Em Pauta por cinco sessões

Para conhecimento, recebimento de emendas e estudos dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 160 e o item 3, parágrafo único do artigo 152 do Regimento Interno

1.ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 509, de 1985, apresentado pelo deputado José Cicote, proibindo a instalação de dispositivos, no interior dos ônibus urbanos e intermunicipais, que prejudiquem a segurança, o conforto e o livre acesso dos seus usuários.

2 - Projeto de lei nº 510, de 1985, apresentado pelo deputado Archimedes Lammoglia, declarando de utilidade pública a "AEBS - Associação Evangélica Beneficente de Sorocaba".

3 - Moção nº 412, de 1985, apresentada pelo deputado Wagner Rossi, apelando para o Sr. Presidente do Congresso Nacional e para as lideranças do Senado e da Câmara, no sentido de ser aprovado o Projeto de lei que disciplina os Centros de Processamento de Dados, no tratamento das informações Pessoais Protegidas.

4 - Moção nº 413, de 1985, apresentada pelo deputado Rubens Lara, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser fiscalizada a atuação das empresas mineradoras de areia da região Continental de São Vicente.

2.ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 505, de 1985, apresentado pelo deputado Elias Salim Curiati, transformando em estância turística o Município de Avaré.

2 - Projeto de lei nº 506, de 1985, apresentado pelo deputado Maurício Najjar, declarando de utilidade pública o "Centro Espírita José de Aguiar Luz e Caridade", de Moji das Cruzes.

3 - Projeto de lei nº 507, de 1985, apresentado pelo deputado Randal Juliano Garcia, proibindo o despejo de resíduos radioativos no Estado.

4 - Projeto de lei nº 508, de 1985, apresentado pelo deputado Tonico Ramos, dando a denominação de "Profa. Angélica de Oliveira" à Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Álvares Machado.

5 - Moção nº 404, de 1985, apresentada pelo deputado Waldyr Trigo, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem delegadas atribuições às Secretarias Estaduais visando a descentralização do Ministério do Trabalho.

6 - Moção nº 405, de 1985, apresentada pelo deputado Hélio Furlan, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser classificada, a cola, segundo o teor tóxico, com a consequente regularização e fiscalização de sua venda.

7 - Moção nº 406, de 1985, apresentada pelo deputado Laerte Pinto, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados os tratores e demais implementos agrícolas, quando da aquisição por pequenos produtores rurais.

8 - Moção nº 407, de 1985, apresentada pelo deputado Ademar de Barros, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser criada Faculdade Nacional do Folclore em Olímpia.

9 - Moção nº 408, de 1985, apresentada pelo deputado Fernando Leça, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser reduzida a jornada de trabalho dos funcionários da Caixa Econômica Federal, de 8 para 6 horas diárias.

10 - Moção nº 409, de 1985, apresentada pela deputada Crolinda Silveira Sampaio, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem criadas e instaladas agências do INPS e do INAMPS em Mauá.

11 - Moção nº 410, de 1985, apresentada pela deputada Crolinda Silveira Sampaio, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem criadas e instaladas agências do INPS e do INAMPS em Ribeirão Pires.

12 - Moção nº 411, de 1985, apresentada pelo deputado Hélio Furlan, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser instalado telefone público (tipo orelhão) na altura do nº 135 da rua François Bunel, no Parque Bristol - Capital.

3.ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 500, de 1985, apresentado pelo deputado Laerte Pinto, dando a denominação de "Professora Martha Adib Castanho" à Escola Estadual de 1º Grau do Parque das Américas, em São José dos Campos.

2 - Projeto de lei nº 501, de 1985, apresentado pelo deputado Wagner Rossi, declarando de utilidade pública o "CEREA - Centro de Recuperação dos Alcoolatras", de Monte Azul Paulista.

3 - Projeto de lei nº 502, de 1985, apresentado pelo deputado Augusto Toscano, instituindo o "Dia do Serventuário".

4 - Projeto de lei nº 503, de 1985, apresentado pelo deputado Tonico Ramos, declarando de utilidade pública a "Associação Beneficente de Cordeirópolis - ABC", daquele Município.

5 - Projeto de lei nº 504, de 1985, apresentado pelo Sr. Governador, alterando dispositivos da Lei nº 440, de 24/9/74, que dispõe sobre o Imposto de Circulação de Mercadorias.

6 - Moção nº 400, de 1985, apresentada pelo deputado Fernando Silveira, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser adotada política de relações exteriores pautada no princípio da autodeterminação dos povos e na ampliação do mercado externo brasileiro.

7 - Moção nº 401, de 1985, apresentada pelo deputado Fernando Silveira, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser exercida fiscalização junto às empresas exploradoras de areia na área continental de São Vicente.

8 - Moção nº 402, de 1985, apresentada pelo deputado Fernando Leça, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser instalada Agência do INAMPS em Diadema.

9 - Moção nº 403, de 1985, apresentada pelo deputado José Yunes, apelando para o Congresso Nacional no sentido de ser elaborada legislação que determine rigoroso controle nas concessões de canais de Rádio e Televisão.

4.ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 491, de 1985, apresentado pelo deputado Laerte Pinto, dando a denominação de "Professora Henriqueta

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

REVISTA ACTA

Encontram-se à disposição
dos interessados os números
161-162-163
da REVISTA ACTA

Retirar pessoalmente, mediante ofício.

Pça. da República, 53 — 1.º andar — sala 129

NÃO ATENDEMOS PELO REEMBOLSO POSTAL